

A Gênese do Curso Técnico em Agroindústria no Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural

Andreia do Nascimento Lima
Henrique Tahan Novaes

Como citar: LIMA, Andreia do Nascimento; NOVAES, Henrique Tahan. A Gênese do Curso Técnico em Agroindústria no Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural. *In:* MANZINI, Eduardo José (org.). Educação, ensino e inclusão em diferentes contextos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.175-195. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-565-0.p175-195>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A GÊNESE DO CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS MARABÁ RURAL

Andreia do Nascimento LIMA¹

Henrique Taban NOVAES²

Introdução

O direito à educação de qualidade é um princípio fundamental para o desenvolvimento humano e social previsto na Constituição Federal Brasileira. No entanto, a realidade educacional brasileira ainda se apresenta marcada por desigualdades e disparidades, especialmente para os povos do campo. Historicamente marginalizados e invisibilizados nas políticas públicas educacionais, esses povos lutam por uma educação que reconheça sua cultura, identidade e saberes, promovendo seu desenvolvimento integral e emancipação social.

A necessidade da valorização da cultura, identidade e saberes dos povos do campo e a luta por uma educação pública de qualidade desencadeou debates nos movimentos sociais para atender a esse direito social dos povos do campo, e assim surge a Educação do Campo na busca por promover uma educação de qualidade e contextualizada às necessidades e especificidades dos povos que vivem e trabalham no campo. Em concordância Caldart

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará (IFPA), Marabá, Pará, Brasil. andreia.lima@ifpa.edu.br.

² Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil. hetanov@gmail.com.

(2009 e 2012) afirma que ela nasce para romper com a concepção de escolarização como um instrumento de adaptação do ser humano ao produtivismo e à idealização de um mundo de trabalho urbano.

Diante desse cenário convém pontuar quem são os sujeitos mencionados, e até há pouco tempo, as pessoas do campo eram consideradas apenas aquelas que não residiam nas cidades. No entanto, de acordo com Rechene (2017) a concepção de “povos do campo” transcendeu essa ideia e passou a considerar categorias e características culturais que definem o “ser do campo”. Dessa forma, são considerados povos do campo: agricultores familiares, camponeses, agroextrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores rurais assalariados sindicalizados, indígenas, acampados, assentados, colonos, camponeses, entre outros, que se autodeclararem como tal (IFPA, 2017).

Sob o ponto de vista de Scalabrin (2011, p.18) a educação dos povos do campo, também conhecida como Educação do Campo, deve ser concebida “na expressão do e no campo”, onde “no campo” significa que a escola deve estar inserida no contexto social, político e geográfico do campo para permitir a construção de um espaço de diálogo e interação com a comunidade, reconhecendo suas necessidades e potencialidades, e “do campo” significa uma educação com participação ativa dos sujeitos na construção do processo educacional.

Dessa maneira para a autora acima o desenvolvimento do protagonismo e da participação efetiva e crítica dos sujeitos como produtores de sua própria história é fundamental para a concepção de educação do e no campo.

De acordo com Lima et al. (2023) a educação do campo na região Sudeste do Pará é resultado de um processo histórico marcado por lutas, desafios, reflexões e discussões entre os povos do campo, movimentos sociais, comunidade civil organizada e instituições públicas governamentais. As primeiras iniciativas de educação voltadas especificamente para agricultores familiares na região datam do final dos anos 80, com a criação da Escola Família Agrícola (EFA), fundamentada na pedagogia da alternância, promoveu a integração entre teoria e prática, conectando o aprendizado às necessidades e realidades das famílias agricultoras. Na década seguinte, os cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)

consolidaram essa abordagem, expandindo o acesso à educação de qualidade para um público ainda maior. E em 2007 em um contexto de materialização de experiências da educação do campo na região foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Marabá, uma instituição de ensino pública federal fundamentada na concepção de educação do campo, agroecologia e alternância pedagógica, marcando um momento de institucionalização das propostas de educação do campo.

Em 2008, o Ministério da Educação criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei no 11.892 de 29 de dezembro de 2008, dando origem aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entre os quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (Brasil, 2008). O IFPA surgiu da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá. Atualmente, o instituto conta com 18 campi distribuídos por diversas cidades paraenses, como Belém, Ananindeua, Castanhal, Cametá, Santarém, Altamira, Itaituba, Conceição do Araguaia, Parauapebas, Tucuruí, Abaetetuba, Bragança, Paragominas, Breves, Óbidos, Vígia e Marabá. O instituto possui no município de Marabá dois campi: Marabá Industrial e Marabá Rural - CRMB.

O CRMB é descendente da Escola Agrotécnica de Marabá criada por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL/SETEC/MEC) e tem sua origem marcada por um processo histórico de luta e enfrentamento dos camponeses e movimentos sociais da região Sudeste do Pará, que reivindicavam a criação de uma instituição de ensino que atendesse às necessidades específicas de formação para os povos do campo, surge como uma proposta que contrapõe o projeto desenvolvimentista do agronegócio na região, com objetivo de fortalecer a agricultura familiar camponesa por meio da formação técnica profissional. Está situado no Projeto de Assentamento 26 de Março (antiga fazenda cabaceira, desapropriada após uma longa jornada de 10 anos de acampamento) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a 28 km da cidade de Marabá, na mesorregião do Sudeste do Pará. Sua localização é na BR 155 (antiga PA 150), no sentido de Eldorado dos Carajás, próximo à vila Sororó (IFPA, 2010).

Lima (2024) expõe que inicialmente o campus foi denominado Campus Rural de Marabá, popularmente conhecido como “CRMB”, por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica em 30 de dezembro de 2008. Contudo, em 10 de junho de 2014, por meio da Portaria nº 505 do Ministério da Educação, o campus passou a ser chamado Campus Marabá Rural, mantendo a sigla CRMB.

Sob o ponto de vista da autora acima, o surgimento dos institutos federais representou uma mudança significativa baseada no conceito de educação profissional e tecnológica e tem um papel fundamental na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento da região. Nessa mesma direção Gomes (2021) considera que esses Institutos são espaços relevantes para construir um futuro promissor para o desenvolvimento local e regional, por meio da integração com outras políticas sociais.

O Campus Marabá Rural tem como missão promover a Formação Profissional, Tecnológica e Superior direcionada aos povos do campo que organizam o território do sudeste do Pará para a produção de sua própria existência, tendo como área de abrangência os municípios de: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia. O objetivo é buscar a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos arranjos produtivos locais e regionais reconhecendo a educação como ferramenta fundamental para o empoderamento dos povos do campo (IFPA, 2015c e 2017).

A trajetória da educação do campo no Sudeste do Pará é um exemplo inspirador de como a luta social, a reflexão crítica e o diálogo entre diferentes atores podem gerar transformações positivas e duradouras. As conquistas alcançadas até agora servem como base sólida para a construção de um futuro ainda mais promissor para a educação do campo na região, onde os povos do campo possam exercer seu protagonismo.

Segundo o IFPA (2017), a proposta pedagógica do campus pretende refletir sobre a aprendizagem, respeitando os modos de vida dos povos do campo. No processo formativo de seus diferentes cursos, organiza-se de

maneira a refletir sobre os tempos e espaços formativos, considerando a realidade rural.

De acordo com IFPA (2022), o CRMB oferece cursos em diferentes níveis de ensino, abrangendo as áreas técnicas, tecnológicas e superiores. No nível técnico integrado ao ensino médio, os cursos disponíveis são: Agropecuária e Agroindústria, no nível superior, Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo. Já a nível de Pós-graduação Especialização em Educação do Campo e Currículo e Especialização em Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

Dentre os cursos ofertados pela instituição temos como objeto dessa pesquisa o Curso Técnico em Agroindústria (CTAI), que de acordo com IFPA (2021) surgiu como resposta a demandas dos movimentos sociais do campo. Originou-se da necessidade de qualificar agricultores e filhos de agricultores familiares das áreas de Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sudeste do Pará, preparando-os para o beneficiamento e processamento de produtos agrícolas.

Assim diante do exposto este trabalho busca entender: Como se deu a criação do Curso Técnico em Agroindústria do Instituto Federal do Pará – Campus Marabá Rural?

Com base na pergunta acima a pesquisa foi organizada com objetivo de analisar a influência dos movimentos sociais na criação do curso técnico em agroindústria, conduzida no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Marabá Rural. E para atender o objetivo proposto foram adotados procedimentos que incluíram pesquisa bibliográfica e documental.

Nesse sentido, foram realizadas buscas por dissertações, teses e livros de pesquisadores da região do sudeste do Pará que contribuem para a discussão das lutas dos povos do campo, educação do campo na região e sua influência na criação do campus e posteriormente na do curso.

A pesquisa documental envolveu a análise de documentos como o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria, o Projeto Político Pedagógico do Campus, atas de reuniões do Conselho Diretor do Campus, bem como resoluções e portarias relacionadas à criação do campus e do curso. Esses documentos foram considerados fontes de evidência que fundamentam as afirmações e declarações deste trabalho.

Para compreender como o curso foi criado é preciso contextualizar o local onde ele foi instalado, sendo necessário conhecer os principais arranjos produtivos da região sudeste do Pará e refletir sobre a educação do campo como instrumento que pode contribuir para o desenvolvimento sustentável local assim a primeira seção desse capítulo se intitula a Territorialização dos povos do campo no Sudeste do Pará.

Por conseguinte, a segunda seção traz a narrativa da criação do curso, oriundo de uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Conselho Diretor do CRMB.

A Territorialização dos povos do campo no Sudeste do Pará.

A construção da educação do campo no sudeste do Pará reflete a complexidade e a diversidade de uma região marcada por uma vasta extensão territorial e uma rica diversidade cultural. O estado do Pará, o segundo maior do Brasil em extensão territorial, é composto por 144 municípios e dividido em seis mesorregiões, cada uma com características distintas em termos de cultura, população, economia e educação. Entre essas mesorregiões, destaca-se a do sudeste do Pará, onde a agricultura familiar e as comunidades indígenas desempenham papéis fundamentais. Nessa mesorregião, 28,31% dos 634.707 habitantes vivem em áreas rurais (IBGE, 2010).

Historicamente, o sudeste do Pará tem sido palco de intensos conflitos fundiários, impulsionados pelo potencial natural da região para produtos florestais extrativos, mineração e agropecuária. Migrantes de diversos estados brasileiros, como Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Goiás, contribuíram significativamente para a construção social, econômica e política da região. No entanto, esses agricultores, que inicialmente se dedicaram à coleta de produtos florestais, caça, garimpo e à produção de culturas alimentares, frequentemente enfrentaram opressão por parte de grandes empresários e permaneceram politicamente invisíveis durante grande parte do século XIX (Assis, 2007).

A trajetória de territorialização no sudeste do Pará no início do século XIX foi marcada por intensas disputas fundiárias, impulsionadas por diversos ciclos econômicos. A exploração do extrativismo de produtos como caucho e castanha, a mineração de diamantes e cristais de rocha, a exploração

madeira e a comercialização de peles de animais contribuíram para a expansão da pecuária e a concentração de terras nas mãos de grupos familiares e empresariais. Esse processo consolidou o domínio dos latifundiários e resultou na supressão dos territórios indígenas que ocupavam essa área (Gomes, 2009).

A expansão da mesorregião sudeste do Pará continua a atrair fluxos migratórios e atividades econômicas em expansão, configurando-se como uma fronteira agrícola marcada por conflitos pela posse da terra entre posseiros e grileiros, onde as lutas sociais dos trabalhadores rurais têm sido fundamentais para a conquista de terras (Scalabrin, 2011).

A região sudeste do Pará possui um vasto potencial produtivo, destacando-se na pecuária bovina para produção de carne e leite, além de uma diversificada produção agrícola que inclui culturas de subsistência e fruticultura. Essas atividades são predominantemente conduzidas pela agricultura familiar e camponesa. O extrativismo vegetal, tanto madeireiro quanto não madeireiro, é significativo em comunidades de colonização mais recente, onde a floresta ainda ocupa grande parte do território (Costa, 2000).

Ainda de acordo com Costa (2000), o sudeste paraense se destaca como uma das mesorregiões agropecuárias mais relevantes do estado, com uma produtividade agrícola três vezes maior que outras regiões, isso foi impulsionado pela concessão de créditos rurais pelo governo federal para a expansão da pecuária bovina.

A criação de projetos de assentamento da reforma agrária pelo INCRA, resultado da pressão dos movimentos sociais do campo, trouxe impactos positivos para a região sudeste do Pará, incluindo a regularização da posse da terra, melhorias na capacidade de sustento e consumo familiar, implementação de políticas públicas essenciais, como a construção de estradas vicinais, programas habitacionais, demarcação de lotes e acesso a crédito produtivo subsidiado, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas iniciativas fomentaram o desenvolvimento regional, facilitando a subsistência e o crescimento econômico das comunidades locais (IFPA, 2015a; Alves, 2006).

A diversidade produtiva na região se destaca, especialmente na agricultura familiar que integra culturas de subsistência e fruticultura, muitas

vezes em Sistemas Agroflorestais. Essa abordagem promove a integração de culturas anuais, semi-anuais e a criação de pequenos animais, agregando valor através do beneficiamento e processamento das matérias-primas produzidas. Atividades como a fruticultura, pecuária leiteira, criação de pequenos animais e peixes, manejo de abelhas e o extrativismo são predominantes. Na área dos babaçuais do Vale do Tocantins, a quebra do coco babaçu é fundamental para a renda das mulheres da região, promovida pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que luta pela preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida (Fascículo V - PNCSA, 2005).

A agricultura familiar ocupa mais da metade do território e é um ator crucial na mesorregião sudeste paraense, especialmente após as políticas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar. No entanto, enfrenta limitações na consolidação, dificultando a preservação da identidade social e cultural, bem como dos recursos e paisagens rurais. A diversificação dos sistemas produtivos é uma característica marcante, necessitando de estruturas de beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas (Assis, Oliveira e Halmenschlager, 2008).

O potencial produtivo da região incentiva a criação de empreendimentos destinados ao aprimoramento da produção agrícola e extrativista, como laticínios, frigoríficos, agroindústrias de polpas de frutas e fábricas de beneficiamento de arroz, formando um ambiente dinâmico com grande capacidade produtiva (IFPA, 2015a).

A valorização da capacidade produtiva da agricultura familiar no sudeste do Pará é fundamental, especialmente no contexto da comercialização interna. Uma parte substancial do que é consumido na região provém de outros estados do Brasil, principalmente da região Nordeste, o que desvaloriza a produção local. Valorizá-la poderia gerar mais oportunidades de renda e potencializar tanto o papel social quanto a produção agropecuária da agricultura familiar (IFPA, 2015a). Os produtos da agricultura familiar estão mais presentes nas feiras livres urbanas ou em pontos de venda localizados às margens das estradas, muitas vezes comercializados sem passar por processos de beneficiamento. Quando há beneficiamento, ele é geralmente realizado por indústrias associadas a cooperativas de agricultores, fábricas ou despoldadeiras de fundo de quintal.

A falta de beneficiamento adequado ou a ausência dele explica por que uma parcela significativa da produção dos agricultores da região não alcança o mercado, frequentemente sendo desperdiçada nas próprias comunidades, assentamentos, acampamentos e áreas de colonização antigas. A falta de infraestrutura para escoamento, a ausência de um mercado estruturado e preços condizentes são fatores críticos. A agroindustrialização do meio rural pode assegurar a integração do setor rural na economia de mercado, proporcionando um abastecimento regular ao longo das estações. A industrialização dos produtos agrícolas pode colaborar para a padronização da produção e garantir a disponibilidade contínua ao longo do ano (IFPA, 2021).

Apesar dos esforços, o beneficiamento ainda é frágil. Conforme Assis, Oliveira e Halmenschlager (2008), o sudeste do Pará recebeu projetos financiados no início do século XXI visando melhorar a infraestrutura produtiva dos agricultores, como o financiamento de tanques de resfriamento de leite e a estrutura de processamento de frutas. No entanto, essas iniciativas isoladas não são suficientes para promover o desenvolvimento regional. Para que a dinâmica da cadeia produtiva com processamento e beneficiamento das matérias-primas ocorra, é necessário um conjunto de políticas públicas voltadas para a educação do campo. Essas políticas devem estimular o desenvolvimento sustentável da região e atender aos atores da agricultura familiar, promovendo a formação voltada para o processamento e beneficiamento dos alimentos produzidos pelo campesinato.

Criação do curso técnico em agroindústria: compromisso com a comunidade

Segundo o IFPA (2017), a educação deve ser desenvolvida considerando as percepções e intenções dos povos do campo, que devem ser protagonistas da história e agentes da ação pedagógica, isso significa eles assumirem o papel principal no desenvolvimento do ensino.

Visando um processo de ensino-aprendizagem significativo e transformador, reconhecendo seu papel na transformação de sua realidade, o CRMB promove a autonomia intelectual dos sujeitos e reconhece seu protagonismo na mudança da realidade através do Conselho Diretor (Condir)

que se configura como um espaço democrático de debates entre os sujeitos do campo e a gestão institucional.

Nesse espaço, os representantes dos movimentos sociais do campo participam ativamente, se integram e dialogam. Juntos, debatem sobre o desenvolvimento do campus, assim como sobre a implantação e ampliar os cursos oferecidos pela instituição, com foco no desenvolvimento rural sustentável. Essa visão de educação do campo no CRMB se traduz nos seguintes aspectos:

- Protagonismo dos povos do campo: suas vozes e saberes são centrais na construção do processo educativo.
- Ensino-aprendizagem significativo: a teoria e a prática se conectam com a realidade dos alunos, promovendo a autonomia intelectual.
- Transformação social: a educação é um instrumento para a mudança da realidade dos povos do campo.
- Desenvolvimento rural sustentável: os cursos visam fortalecer a agricultura familiar e a preservação do meio ambiente.

O Conselho Diretor (Condir) é o principal órgão consultivo do Campus, concebido para promover o protagonismo dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, se destaca como uma conquista da sociedade civil organizada para assegurar sua representação dentro da instituição. Ele proporciona uma forma de participação que engloba os movimentos sociais, professores, alunos, técnicos administrativos, pais, egressos e representantes do ensino, pesquisa e extensão do campus, tendo o Diretor Geral como presidente (IFPA, 2013a).

A partir dessa composição, podemos perceber que a participação de representantes da sociedade civil no Condir é fundamental para garantir uma administração democrática da instituição, especialmente na condução dos processos seletivos e na criação ou expansão de novos cursos.

Isso ficou evidente durante a segunda reunião ordinária do conselho, em 10 de abril de 2013, quando o conselheiro Emmanuel Wambergue, representante do Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará, iniciou a discussão sobre a necessidade de ampliar a variedade de cursos oferecidos pelo campus para atender às necessidades das comunidades

rurais em diversas áreas além da produção agrícola, indo além do curso técnico em agropecuária, que era oferecido na época (IFPA, 2013b).

Ainda em conformidade com (IFPA, 2013b) após a fala do conselheiro Emmanuel, a representante do movimento dos trabalhadores sem terra (MST), Giselda Coelho Pereira, trouxe a demanda por cursos relacionados ao associativismo e cooperativismo, manejo florestal e agroindústria. Essa contribuição foi um marco inicial nos debates que levaram à criação do curso técnico em agroindústria.

Essas propostas vindas dos representantes da sociedade civil, especificamente dos movimentos sociais do campo representavam as necessidades das comunidades rurais, que ansiavam por conhecimentos em áreas diversas para impulsionar seu desenvolvimento rural da região.

Conforme estudos de Lima (2024), a representante do MST, Giselda, solicitou a criação do curso técnico em agroindústria ao ver no lançamento do Programa Terra Forte, idealizado pela presidenta Dilma Rousseff e lançado em 4 de fevereiro de 2013, uma oportunidade singular para impulsionar o desenvolvimento da agroindústria nos assentamentos da reforma agrária. Nesse contexto, era necessário formar os agricultores e seus filhos nessa área para que pudessem atuar nas agroindústrias que seriam implementadas, abrindo portas para a profissionalização e desenvolvimento das comunidades rurais na região.

O programa visava investimentos vultosos, ultrapassando 600 milhões de reais, em projetos com objetivo apoiar e promover a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária em todo o país, foi fruto do trabalho de um grupo coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, formado por vários ministérios em diálogo com os movimentos sociais (Secretaria de Relações Institucionais, 2013).

Diante disso, fica evidente que o principal motivador para a demanda do curso foi a perspectiva de desenvolvimento de agroindústrias nos assentamentos de reforma agrária. Era crucial a implantação do curso técnico em agroindústria no intuito de proporcionar formação à população desses assentamentos para que pudessem assumir responsabilidades nessas instalações de processamento de alimentos, um passo fundamental para a construção de um futuro próspero para os assentamentos da reforma agrária.

Na perspectiva de proporcionar aos assentados conhecimentos técnicos e práticos para:

- Agregar valor à produção: Através da industrialização de produtos agrícolas, os assentados podem gerar maior renda e competitividade no mercado.
- Acessar novas oportunidades: A qualificação profissional proporciona autonomia aos assentados em suas localidades, criando oportunidades crescentes no desenvolvimento local.
- Promover a sustentabilidade: O incentivo de práticas agrícolas sustentáveis, através da formação profissional contribui para a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar.

Os estudos de Lima (2024) também registram que a solicitação da representante do MST na reunião do Condir não foi um ato individual. Com o lançamento do programa e considerando que os lotes do assentamento 26 de Março possuíam uma grande produção de leite, as famílias se reuniram e deliberaram sobre a necessidade de criar um projeto de agroindústria de laticínios. Levando em conta que o CRMB estava localizado dentro do assentamento e possuía profissionais capacitados para oferecer ensino profissional de qualidade nessa área, decidiu-se também apresentar a demanda no Condir, solicitando a criação do curso. Este curso seria direcionado aos assentados da região amazônica na Geografia do MST, abrangendo os estados do Pará, Maranhão e Tocantins.

O projeto de agroindústria do assentamento 26 de Março foi levado a Brasília, mas, infelizmente, não obtiveram recursos. Com o impeachment da presidente Dilma, o programa Terra Forte foi encerrado e não houve desenvolvimento das agroindústrias nos assentamentos da região. No entanto, o curso permaneceu, pois, além de atender a esses projetos, os assentados da reforma agrária na região também precisavam de profissionais qualificados para realizar os processamentos mínimos reconhecidos pela legislação, a fim de regulamentar o transporte e a comercialização de seus produtos (Lima, 2024).

Em vista disso, percebe-se que o curso técnico em agroindústria foi solicitado com o objetivo de formar profissionais para atuarem no processamento e beneficiamento de matérias-primas agropecuárias produzidas nos projetos de assentamentos da reforma agrária das futuras agroindústrias

a serem estabelecidas nessas áreas, bem como garantir a regulamentação do transporte e comercialização dos produtos de processamento mínimo oriundos da agricultura familiar, contribuindo assim para o avanço dos assentamento no que diz respeito agroindustrialização de seus produtos.

Para fortalecer o diálogo entre o campus e a comunidade, especialmente através da representação dos movimentos sociais no Condir, e como parte do processo de criação do curso foi instituída durante uma reunião extraordinária do Conselho Diretor em 23 de abril de 2013 comissão para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, que deveria ser composta pelas conselheiras Rosemeri Scalabrin (representante da Diretora de Ensino do Campus à época) e Izabel Rodrigues Lopes Filha (representante dos movimentos sociais, dirigente da Frente de Produção, Saúde e Meio Ambiente, MST-Pará) (IFPA, 2013c).

A presença de uma conselheira representante do MST na comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso demonstra o compromisso com a inclusão das perspectivas dos movimentos sociais. Essa participação ativa e colaborativa garantiu que as necessidades reais e específicas dos povos do campo fossem consideradas e atendidas, consolidando a abordagem participativa adotada no processo.

Além de apresentação da demanda de criação do curso, os representantes dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica do campus mantiveram-se engajados no processo, acompanhando seu andamento nas reuniões do Conselho Diretor. As atas das reuniões de 15 de abril e 18 de novembro de 2014 comprovam esse acompanhamento. Na primeira reunião, Giselda Coelho Pereira, representante do MST, reintroduziu a questão, solicitando informações sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Já na segunda reunião, o representante docente Ribamar Ribeiro Junior também abordou a demanda. Em ambas as ocasiões, foi informado que o PPC estava em processo de avaliação (IFPA, 2014b e 2014c).

Conforme relatado em IFPA (2015d), esse acompanhamento constante pelos movimentos sociais se manifestou novamente em 10 de setembro de 2015, durante reunião ordinária do CONDIR. Na ocasião, os representantes dos movimentos sociais questionaram o status da oferta do curso, e a direção do campus informou que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) estava em fase final de elaboração e aprovação.

A influência dos movimentos sociais por meio do Conselho Diretor do campus também se manifestou na reunião de 27 de maio de 2015. O tema em debate era o concurso público para docentes do IFPA, que não atendia às necessidades específicas do campus. Em resposta, o conselho elaborou, de forma coletiva, um ofício para a comissão organizadora. Nesse documento, os movimentos sociais solicitaram a inclusão do conteúdo programático “Princípio da agroecologia e a transição agroecológica para a agricultura de base familiar” nas áreas de Ciência e Tecnologia de Alimentos e de Inspeção, Controle de Qualidade e Tecnologia de Produtos de Origem Animal (vagas destinadas a docentes que lecionariam no curso) (IFPA, 2015b).

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) representa o principal documento de formalização do curso em questão. Contudo, outros documentos foram necessários para viabilizar sua aprovação, incluindo o memorando 023/2014, datado de 27 de fevereiro de 2014, emitido pela Diretoria de Ensino do campus. Esse memorando solicitava a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para atuar no processo de construção do PPC do curso de Beneficiamento (Agroindústria) na modalidade subsequente, em conformidade ao deliberado pelo CONDIR, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). O objetivo era formar agricultores que já possuíam ensino médio completo (Diretoria de Ensino, 2014).

Em atendimento à solicitação de criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Eixo Tecnológico Produção Alimentícia do IFPA CRMB, a Portaria nº 27/2014 – GAB, publicada em 10 de março de 2014, formalizou a criação do NDE e designou os seguintes servidores para comporem a comissão: Coordenadora: Maria Suely Ferreira Gomes; Membros: William Bruno Silva Araújo, Aline Macedo Neri, Savio Coelho Alves e Samuel Carvalho de Aragão (IFPA, 2014a).

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria, na modalidade subsequente, foi elaborado de forma colaborativa, conforme aponta Lima (2024). Essa construção coletiva contou com a valiosa participação de servidores do IFPA Campus Marabá Rural (CRMB), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio do Pronera e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prонера), instituído no final da década de 1990, configura-se como um programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério da Educação e em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme aponta Scalabrin (2011). O PRONERA teve um papel fundamental na ampliação da oferta educacional para os assentamentos rurais, atendendo à demanda dos movimentos sociais do campo e contribuindo para o fortalecimento da educação nessa região, impulsionado pelo peso econômico dos projetos desenvolvidos.

A primeira turma seria com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e seria oferecido a agricultores que possuam ensino médio completo, um curso técnico na modalidade subsequente ao ensino médio e o intuito era possibilitar o início do curso no 1º semestre de 2015, mas para isso, era necessária uma análise pedagógica rigorosa (Lima, 2024). Para emitir um parecer favorável, o documento precisava conter elementos essenciais, como:

Identificação e apresentação da modalidade de oferta do curso: No caso da primeira turma, o curso seria subsequente e direcionado à educação do campo, com aulas presenciais e integrais (turnos matutino e vespertino) e carga horária compatível com a modalidade.

- Objetivos do curso: A descrição clara e objetiva dos conhecimentos e habilidades que os alunos desenvolveriam ao longo da formação.
- Estrutura curricular: A organização detalhada das disciplinas, carga horária de cada uma e os conteúdos abordados em cada módulo.
- Perfil do corpo docente: A qualificação e experiência dos professores que lecionariam no curso, com ênfase em sua expertise na área de agroindústria e na educação do campo.
- Plano de avaliação: A descrição dos critérios e instrumentos de avaliação que seriam utilizados para acompanhar o aprendizado dos alunos e garantir a qualidade da formação.
- Infraestrutura necessária: A descrição dos recursos físicos e materiais necessários para o desenvolvimento das aulas, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros espaços de ensino e aprendizagem.

O curso proposto pelo IFPA (2015a) teria carga horária total de 1.220 horas relógio, equivalentes a 1.448 horas-aula. A duração mínima seria de 1 ano e 6 meses, com integralização em até 2 anos. A justificativa para a oferta do curso se baseava em três pilares: importância para o desenvolvimento regional, demanda por profissionais qualificados no setor produtivo local e atendimento à demanda social legítima expressa pelos povos do campo. Os objetivos gerais e específicos do curso foram elaborados em conformidade com o perfil do curso, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

É fundamental ressaltar que o processo de criação do curso não ocorreu de forma rápida, e a colaboração do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi de grande importância para a instituição e que durante o processo oficial de criação do curso no IFPA, o campus estava em contínuo diálogo com o Incra, visando à oferta do curso em parceria por meio do Pronera.

A parceria entre o Instituto Federal do Pará – Campus Marabá Rural e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária caracterizava-se como um acordo de interesse mútuo e colaboração recíproca.

A instituição de ensino fornecia a infraestrutura física e o corpo de servidores para ministrar o curso, direcionado a um público específico atendido pela reforma agrária. Por sua vez, o Incra contribuía com recursos financeiros para o custeio do curso. Esses recursos abrangiam materiais de consumo e permanentes, além de bolsas destinadas à coordenação geral do curso e à coordenação pedagógica.

A emissão do Ato Autorizativo do curso técnico em agroindústria pelo Conselho Superior do IFPA (Consup) se concretizou com a aprovação do PPC do curso em 29 de outubro de 2015, resultando na emissão da Resolução 129/2015 e da Portaria nº085/2015. Em 21 de dezembro, o campus recebeu a notícia de que a Matriz do Curso estava disponível no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) do IFPA (IFPA, 2015e, 2015f).

É importante esclarecer diante de um resgate cronológico: a demanda de criação se deu em 2013, a criação do Núcleo Docente Estruturante em 2014 e o curso só foi aprovado em 2015. Se passaram mais de 2 anos mesmo com a mobilização dos servidores do campus, participação dos movimentos

sociais e envolvimento do Incra demonstrando uma burocratização institucional e tempo excessivo de finalização dos trâmites processuais.

Contudo é notável que o curso se originou de uma demanda genuína de representantes dos movimentos sociais. Eles reconheceram a necessidade de capacitar os agricultores e filhos de agricultores das áreas de assentamentos de Reforma Agrária na Região Sudeste do Pará para se envolverem no processo de beneficiamento de produtos agrícolas. Essa demanda foi trazida à instituição, a qual foi criada por eles após uma árdua batalha e disputa. O curso representa uma conquista significativa para essa comunidade.

Considerações Finais

A criação do curso técnico em agroindústria representou uma conquista para os movimentos sociais do campo, resultando em oportunidades de formação técnica contextualizada para jovens assentados. Evidencia-se o protagonismo dos movimentos sociais na construção de projetos educativos emancipadores.

A criação do curso técnico em agroindústria, fruto da articulação dos movimentos sociais do campo e voltada para atender às demandas dos sujeitos do campo, evidencia a influência desses movimentos na consolidação da educação do campo no sudeste do Pará. Essa influência se traduz em uma importante contribuição para a transformação e o desenvolvimento contínuo do meio rural.

A criação, implantação e execução do curso técnico em agroindústria representa o compromisso do IFPA CRMB com desenvolvimento da agricultura familiar na região, visto que ele demarca a intencionalidade de formação, a qual não se limita a atender a formação técnica, mas ir além dela, atendendo um processo formativo focado nos povos do campo.

Podemos destacar também que o atendimento a demanda dos movimentos sociais do campo de criação do curso técnico em agroindústria foi de encontro com a missão do IFPA CRMB presente no PPP do Campus:

Promover a Educação do Campo em diferentes níveis e modalidades sobretudo técnico integrado, dos povos do campo da mesorregião do sudeste paraense, ofertando cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento das potencialidades sociais, ambientais, culturais e econômicas dos

arranjos produtivos de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de desenvolvimento sustentável, estimulando a conservação da biodiversidade realizando a pesquisa aplicada com vistas à geração e a socialização de conhecimentos disponibilizando para a sociedade, na perspectiva da cidadania e da inclusão social (IFPA, 2010, p. 22).

Assim, o curso foi uma maneira de valorizar a produção dessa população, aprimorar suas práticas, impulsionar o desenvolvimento regional e agregar valor à produção da agricultura familiar.

Referências

ALVES, Lívia Navegantes. O Arranjo Produtivo do Leite do Sudeste do Pará. In: **Seminário de Apresentação de estudos com foco nos APL**, 2006, 28 p. Disponível em: <2 - Leite Marabá [PDF] | Documents Community Sharing (xdocz.com.br)>. Acesso em 04 de maio de 2023.

ASSIS, William Santos. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. 2007. TÈSE (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

ASSIS, William Santos de Assis; OLIVEIRA, Myriam; HALMENSCHLAGER, Fábio. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008. Disponível em: <Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental | Estudos Sociedade e Agricultura (revistaesa.com)>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

CALDAT, Roseli.. Educação profissional na perspectiva da educação do campo. In: **FORUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 2009, Brasília. Debate 12, Brasília, 23 a 2 de novembro de 2009.

_____. **Educação do campo**. In: CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil. (Org). Dicionário da educação do campo. 2º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. NAEA/UFPA. Belém, PA. 355 p, 2000.

DIRETORIA DE ENSINO. **Memorando nº 023/2014 DE-CRMB – Criação NDE do Eixo Tecnológico Produção Alimentícia**. Marabá/PA: Instituto Federal do Pará. *Campus* Rural de Marabá, 2014.

Fascículo V- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Alfredo Wagner Berne de Almeida (coord. proj.). **Quebradeiras de Coco Babaçu do Pará: 5**. MIQCB - Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Autoria Coletiva). São Luís, 2005e. 12 p. (Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos). Disponível em <<http://novacartografiasocial.com.br/download/05-quebradeiras-de-cocobabacupara/>>. Acesso em: 04 de maio de 2023

GOMES, Maria Suely Ferreira. **A Construção da Organicidade no MST: A experiência do Assentamento 26 de março/Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Centro de Humanidades, Campina Grande, 2009.

_____. **Território Camponês do Sudeste do Pará: a construção da educação do campo**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Educação, Goiânia, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2023.

IFPA, Instituto Federal do Pará. *Campus* Rural de Marabá. Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Político Pedagógico do Campus Marabá Rural**. Marabá - PA, 2010.

_____. **Regimento Interno do Campus Rural de Marabá**. Marabá - PA, 2013a.

_____. **Ata da reunião ordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 10 de abril de 2013b**. Livro 01, p. 24-28.

_____. **Ata da reunião extraordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 23 de abril de 2013c.** Livro 01, p. 24-28.

_____. **Portaria nº 027/2014 Gabinete do Campus Rural de Marabá de 10 de março de 2014.** Marabá-PA, 2014a.

_____. **Ata da reunião ordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 15 de abril de 2014b.** Livro 01, p. 80-84.

_____. **Ata da reunião ordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 18 de novembro de 2014c.** Livro 01, p. 89-93.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Subsequente ao Ensino Médio.** Marabá - PA, 2015a.

_____. **Ata da reunião ordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 27 de maio de 2015b.** Livro 02, p. 08-11.

_____. **Resolução nº 111/2015 CONSUP de 19 de agosto de 2015.** Belém-PA, 2015c.

_____. **Ata da reunião ordinária do Conselho de Diretores realizada no dia 10 de setembro de 2015d.** Livro 02, p. 12-17.

_____. **Resolução nº 129/2015 CONSUP de 29 de outubro de 2015.** Belém-PA, 2015e.

_____. **Portaria nº 085/2015 Gabinete da Reitoria de 29 de outubro de 2015.** Belém-PA, 2015f.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Campus Marabá Rural.** Marabá - PA, 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio.** Marabá - PA, 2021.

_____. **Resolução nº 675/2022 CONSUP de 29 de abril de 2022.** Belém-PA, 2022.

LIMA, Andreia do Nascimento; FREITAS, Carlos Batista Sousa de; CARDOSO, Jerusa Ainõa Palheta de Souza. O processo construtivo da política de educação do campo da região sudeste do Pará: Campus Marabá Rural. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 87–108, 2023. DOI: 10.36311/2447-780X.2023.n1.p87. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13849>. Acesso em: 23 de outubro de 2023.

LIMA, Andreia do Nascimento. **Uma análise do curso técnico em agroindústria do Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural e a centralidade da Pedagogia da alternância.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2024.

RECHENE, Suzenny Texeira. **Olhares e percepções sobre alternância pedagógica: o caso do IFPA – Campus Marabá Rural.** 2017. Monografia (Especialização Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Marabá, 2017.

SCALABRIN, Rosemeri. **Diálogos e Aprendizagens na formação em agronomia para assentados.** 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2011.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS. **Comunicado à imprensa: SRI lança edital para projetos de agroindustrialização em assentamentos.** Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: <27.02.2013 - Lançado edital para projetos de agroindustrialização em assentamentos — Secretaria de Relações Institucionais (www.gov.br)>. Acesso em 29 de dezembro de 2023.